

Com medo de explodir junto com a cidade, população reage às privatizações criminosas

Basta!

O fiasco da privatização das diversas empresas públicas está assustando a população fluminense, que hoje é contra a privatização da CEDAE. Depois de viver vários verões de horror, com apagões constantes, impostos pela Light e pela CERJ; depois de aturar os aumentos extorsivos das contas de Telemar; depois de ver os trens do Metrô se transformarem em trens da Central, com tarifas do Metrô de Nova Iorque; depois de verem os trens da Central virarem sucata, transportando cada vez menos gente, o Rio de Janeiro dá um grito de Cidadania e ameaça ir às ruas, batendo panelas, para garantir que a CEG privada lhes devolva o direito mínimo de cozinhar. E que não lhes tire o direito de viver! Na foto, o drama de um cidadão que sobreviveu à Light e à CEG, após a explosão de uma galeria. Mas agora, não sabe a quem cobrar o prejuízo, depois que a tampa de um bueiro destruiu seu carro.

páginas 4, 5 e 6



Página 6

Impasse das privatizações chega ao Saneamento na Barra da Tijuca/Recreio e Jacarepaguá



Página 7

Reestruturação proposta por Garotinho poderá transformar a CEDAE em mera produtora de água

Técnicos brasileiros dão risadas do modelo de gestão privada do Saneamento na Alemanha

Página 2

Controle social: a solução para enfrentar o neoliberalismo Página 8

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
 Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
 Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos
Aposentados
 Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
 João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
 Sérgio Rego Rodrigues
Advogados
 Sueli Kolling Turano
Analistas de Sistemas
 César Lima da Graça
Arquitetos
 Júlio Celso Bragança Gil
Aposentados
 Armando Costa Vieira
 Edson Bittencourt Rosa
 Eliana Glória Peixoto
 Leon Ambram
Maria Carmem M. M. Almeida
Contadores
 Sérgio Pereira
Economistas
 Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Jonathas Ferreira Filho
 Márcio de Melo Rocha
 Renato Guerra Marques
Sócios Aspirantes
 Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walcyr
 Bittencourt de Oliveira, Emy
 Guimarães de Lemos, João Carlos do
 Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
 Santo, Carlos Henrique Soares de
 Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
 Alberto Burd e Gerson Pereira L.
 Nascimento. **Suplentes:** Antônio
 Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
 Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin - Serviços Editoriais
 Tels: (021) 220-2461/524-0890
 Email: planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável
 Carlos Emiliano Eleutério
 MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração
 Eletrônica
 J.Paulo Carneiro

Edição de Abril/maio de 2000

Tiragem: 2.000 exemplares

Empresa privada alemã que propôs parceria ao Estado tem o dobro de empregados para atender 1/3 do que a CEDAE atende, pelo dobro do preço

“Alemão entende é de salsicha”

Foto: Claudionor Santana

Depois de ouvir, no último dia 15 de maio, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio, uma exposição dos dirigentes da empresa de saneamento alemã Berlinwasser Holding, os técnicos da CEDAE chegaram à conclusão que, pela capacidade que os alemães demonstraram para cuidar do Saneamento em Berlim, a empresa deveria solicitar consultoria à CEDAE e não sugerir modelos de gestão e parceria para o Estado do Rio ou qualquer outro no Brasil.

- A tarifa cobrada aos consumidores da capital alemã é tão cara que nem os brasileiros que tem conta nas Ilhas Caymã conseguiriam pagá-la - desabafou o diretor administrativo da CEDAE, Luís Fernando Couto.

Interessados em iniciar uma “cooperação na área de gestão dos recursos hídricos, saneamento e esgotos, os representantes da Berlinwasser Holding estiveram no Brasil a convite do governo do Rio. O objetivo foi promover uma “troca de experiências”, especialmente quanto ao novo modelo de gestão adotado pela Companhia de Águas de Berlim, a partir de 1999, com participação do capital privado. Mas, os dados revelados pelos alemães frustraram os técnicos presentes, que esperavam ser apresentados a um perfil de atendimento à altura de um país de Primeiro Mundo: a Berlinwasser mantém seis mil empregados para cuidar de uma rede urbana de 7.700 km, que atende cerca de três milhões de pessoas, em Berlim. Por outro lado, a empresa, hoje, está no limite de atendimento e não tem mais para onde se expandir em seu país, tanto na área de águas quanto de esgotos. A tarifa é de cerca de 4,30 marcos alemães por metro cúbico, que, convertida para o real, equivale a R\$ 3,78/m³ - 85% mais cara do que a tarifa da



Privatizada em 99, a empresa não tem mais como se expandir em seu país e busca novos mercados

CEDAE que é de R\$ 0,53/m³. Na Alemanha, a questão do saneamento básico não é, como no Brasil, um problema social, pois a renda per capita garante o pagamento das tarifas, que rendem à concessionária privada alemã um faturamento de US\$ 1 bilhão. Lá, não existem favelas como no Rio de Janeiro mas, mesmo assim, a Berlinwasser enfrenta uma inadimplência de 5%.

A CEDAE, por sua vez, tem oito mil empregados, que atendem, em todo o Estado, a cerca de 10 milhões de consumidores. A tarifa da empresa por metro cúbico - de R\$ 0,53 - gera um faturamento de R\$ 1,2 bilhão/ano. Esse faturamento só não é maior porque a CEDAE pratica o mecanismo do “subsídio cruzado”, que permite remanejar recursos das áreas de melhor poder aquisitivo para as mais pobres. E mesmo ainda longe de ser a empresa ideal, devido à resistência de sucessivos governos em reestruturá-la, é graças à CEDAE que muitos municípios que não podem arcar com os custos dos investimentos no setor conseguem garantir água tratada de boa qualidade às suas populações.

- “Proporcionalmente, o número de empregados que a empresa alemã tem é bem maior”, explicou o diretor administrativo da CEDAE. Ao final da exposição, Luís Fernando Couto se dirigiu aos representantes da Berlinwasser para oferecer à empresa consultoria da estatal fluminense, de maneira que a empresa alemã possa reduzir os custos tarifários e o número de seus empregados.

Integraram a delegação alemã o presidente das Atividades Internacionais da empresa alemã e Secretário de Estado, Dieter Emat, diretores e representantes internacionais da companhia, além do Consul Geral daquele país, Klaus Platz. Pelo Brasil, foram convidados pelo secretário de Planejamento Tito Ryff, organizador do encontro, toda a diretoria da CEDAE; secretários de Estado e órgãos vinculados; parlamentares; técnicos da Fundação Getúlio Vargas, Caixa Econômica Federal e do BNDES. Acometido de mal súbito, no final de semana, o governador Anthony Garotinho, infelizmente, não teve oportunidade de ouvir a exposição na segunda-feira (15/05). ●

A fatídica experiência do setor

Parcialmente privatizada, em maio de 1999, a Berlinwasser, através da implantação de um sistema de parceria, transferiu ao setor privado 49% das ações, dos quais, 80% pertencem ao grupo francês Generalle Des Eaux.

Hoje, ela é administrada por uma “holding”, através de um conselho de gestão. Os “parceiros privados” assumiram o compromisso de preservar os 10 mil empregados da estatal e não elevar as tarifas por 15 anos. A promessa, no entanto, durou menos de um ano: cerca de 4 mil trabalhadores já foram demitidos e as tarifas reajustadas.

Aliás, esta é a prática do capital privado, que assume o monopólio dos serviços de Saneamento: aumento de tarifa e demissão de trabalhadores, que gera uma bruta queda na qualidade dos serviços.

Na Província de Buenos Aires, a empresa Azurix S.A., concessionária de água e esgoto há menos de um ano, está enfrentando reações locais. Mais de 400 mil habitantes de Bahia Blanca e Punta Alta estão recusando a água distribuída pela empresa, devido ao mau cheiro.

Este é o terceiro problema sério que a empresa, subsidiária da norte-americana Enron, enfrenta com os consumi-

dores argentinos. No ano passado, a cor da água ficou marrom e o governador da província, Eduardo Duhalde, prometeu não autorizar a cobrança pelo serviço nesse período, mas não cumpriu a promessa. No verão passado, a Azurix foi multada por problemas de abastecimento deficiente.

No início deste ano, o acúmulo de problemas semelhantes fez com que o governo da Província de Tucumán cancelasse a concessão ao grupo privado Vivendi (Lionnays Des Eaux), que hoje cobra uma indenização de US\$ 350 milhões do governo argentino.

Conflagração do entreguismo

O movimento pela privatização, afetando o Saneamento Básico aqui no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na Região Metropolitana, sustenta-se no pilar da ineficiência e conseqüente ineficácia da Cedae, intencionalmente assim transformada pelos discípulos de um jovem imaturo e irresponsável, enganador de milhões de brasileiros - dentre eles me incluo - com os seus gestos e ações "marqueteiras" da força juvenil, como "salvador da pátria", até a desmistificação e derradeira cassação. Falo de Fernando Collor de Mello, o "maquinador" desse modelo e por ele implementado no Brasil, no "secular" período em que mal vestiu a faixa presidencial. Fez escola. Formou os "mestrados". Quase todos ainda lecionando na área econômica, desde aquela malfadada época. Nessa escola, com louvor, emoldurou-se Fernando Henrique Cardoso, com a sua nova beca, além da de Sociólogo. Despertou seguidores, dentre eles, o também brilhante formado entreguista, Marcello Alencar. A sua eloqüência gerou uma numerosa claqué. Surpreendentemente, vem se destacando o formando Anthony Garotinho que já preconiza, com desenvoltura, a entrega à exploração do capital estrangeiro dos serviços públicos monopolistas essenciais da distribuição da água que é um recurso natural da nossa pátria.

Os meios justificam o fim. Essa máxima tem sido propalada. Aqui, no Estado do Rio de Janeiro, além da falta de recursos financeiros, ecoam a ineficiência e a ineficácia da Cedae.

Os seguidores coloridos, que são muitos, valendo-se da desinformação da sociedade usuária fluminense, incutem-lhe a idéia de que a Cedae é uma instituição autônoma que se auto destruiu pelo corporativismo e que pode, se tiver competência, se recuperar por livre arbítrio. Escondem-lhe que ela é parte integrante da estrutura organizacional do governo estadual. Que ela, juridicamente, é uma sociedade de economia mista, onde o governo estadual detém 99,99% das ações com direito a voto, que, por conta dessa preeminência de poder, a administra por Leis e por Decretos estaduais, como o faz com toda administração estadual. Que a Cedae só executa o programa de governo. Que, até tecnicamente, está impedida de ação, em face da dependência de liberação, pelo governo, de seus próprios recursos advindos de sua arrecadação.

Por essa gestão homeopática, que se

reflete na ineficiência e na ineficácia, há uma reação em cadeia que emerge da sociedade usuária prejudicada: - é a poluição das praias; é a poluição das lagoas; é a ameaça de decisão da justiça de suspensão da cobrança da tarifa de esgoto, sob a alegação de que o serviço não é executado pela Cedae na Barra, Recreio e Jacarepaguá. Tais reações, exibem opiniões contraditórias, pois, se a Cedae não presta o serviço, não pode ficar sob suspeição e quem estará poluindo com esgoto aqueles pontos? Geram-se os conflitos de idéias, de comportamento e de políticos. Emergem oportunistas que se valem desse cenário para se promover, quiçá, com pretensões futuras, ainda não confessadas. Toda essa algazarra é estimulada. A moldura que a encerra, chama-se privatização que os algos coloridos pretendem. Enfim, até o governador entrou nesse "clima". E, em face das evidências, faz o discurso mentiroso de que a Cedae não se recuperou no prazo de um ano que lhe dera - até parece! para justificar a privatização da distribuição da água.

Poderíamos, até, imaginar incompetência nessa metade de gestão governamental que não vem conseguindo desatar o nó que lhe deixaram na Cedae. Entretanto, esse nó lhe favorece e pela acumulação de fatos nos leva à certeza de que tudo é um teatro. Dissimula desde a sua posse, se não vejamos: na ida à França, a visita à empresa interessada na privatização da Cedae sem que fosse revelado os termos do encontro; a negociação da dívida do estado, com a equipe econômica do governo federal, que se sabe, tem um preço! o acordo de campanha pactuado com o Prefeito Jorge Roberto para lhe entregar a distribuição de água em Niterói o que, provavelmente, fez silenciar a Procuradoria, até o momento em que a justiça concedeu a tutela antecipada à empresa privada Águas de Niterói; o silêncio da Procuradoria quanto a licitação para a distribuição de água em Nova Iguaçu, que só não se concretizou em face de liminar conseguida pelo Sindicato dos Urbanitários, com a intermediação técnica da Aseac, que levou aquela Prefeitura a postergar, até hoje, tal licitação; o termo Aditivo 001/99 ao contrato de concessão dos serviços de Água e Esgotos no perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes, celebrado com o consórcio privado Águas do Paraíba S/A, assinado pelo Prefeito Arnaldo França Vianna, silenciosamente, desde ja-

neiro, traindo seus correligionários, inclusive os partidos coligados. Ao que se sabe continua fiel companheiro de Anthony Garotinho que não se pronunciou ou reagiu àquela decisão que contrariou toda a sua orientação, quando ainda Prefeito daquele Município; a não assinatura de convênios para distribuição de água, com as Prefeituras que as pleiteiam, como Teresópolis, Sumidouro e outras da Região Serrana; a sua anunciada reestruturação no jornal "Valor" que orienta a Cedae tão somente para a produção de água, vem se confirmando. Uma simples análise nas recentes especulações de modificações, depreende-se que se delinea a distinção da distribuição e da produção, estruturalmente; o convênio assinado com o Prefeito Conde para privatizar a distribuição da água nos bairros da Barra, Recreio e Jacarepaguá.

O filme das privatizações no mundo quer da água, dos esgotos e de todos os serviços públicos essenciais, exhibe o martírio do usuário pela piora da qualidade. Há uma escalada de majoração das tarifas. Gera desemprego, em média, de cerca de 50% do quadro da empresa ou serviço privatizado.

Aqui no Brasil não tem sido diferente. Agrava-se, mais ainda, porque não foram previamente estruturadas as Agências Reguladoras. Algumas já criadas, confessam-se incompetentes por falta de pessoal qualificado, por falta de recursos financeiros, por falta de cultura de fiscalização do governo nesse âmbito, por força dos contratos tendenciosos, principalmente, para os consórcios internacionais e outras dificuldades.

Aqui no Estado do Rio de Janeiro, apresenta-se-nos a privatização da distribuição de água em Campos, Friburgo, Petrópolis, Região dos Lagos e Niterói. Ao que se sabe, não melhorou em nada os serviços com a tal privatização. Entretanto, os usuários tiveram que pagar aumento de tarifas que até chegou a 6.000% em Friburgo. Já em Niterói, aconteceu de forma irregular, à luz da Constituição, vez que, até hoje, não há decisão do STF, quanto ao poder concedente. Se não bastasse o enfrentamento audacioso às instituições, impuseram um preço de água por "achismo", isto é, sem uma planilha real de custos de produção. A sociedade usuária da Cedae irá subsidiar a diferença da água "comprada" pela empresa privada Águas de Niterói, caso tenha havido subestimação do preço do metro cúbico da água.

A Light, apesar das muitas anun-

ciadas e das promessas, ainda não apresentou o padrão que norteou a justificativa da privatização. Continuam os chamados "picos". Lá em casa, todos os digitais, diariamente, amanehem piscando. Como estou dormindo, não sei se foi um pico, dois, três, sei lá quantos! O meu microondas já foi pro "brejo".

A Ceg pública, não me lembro de queixas quanto a sua eficiência e eficácia. Hoje, o gás tem sido responsabilizado por alguns acidentes, seguidos de mortes de seres humanos. A sociedade usuária está reagindo. Em face dos custos que lhe vem sendo impostos, devido a conversão do gás, a Asep começa a questionar. A Alerj, através de suas Comissões, até promoveu Audiência Pública. Cabe, pelo contrato do governo com a Ceg, à sociedade responder pelas despesas geradas pela conversão dentro dos imóveis. Foi uma decisão unilateral do governo favorecendo à empresa ganhadora da concessão que está aí só para lucrar!

Ah! A água se privatizada for, não teremos problemas diferentes, não. Ouso atualizar o nosso "slogan" anterior: "hoje você continua com o "pico" de luz. Amanhã você ficará sem água. O gás vem matando. Amanhã você morrerá de sede".

É! A luta continuará. Nós lutaremos, não como correligionários partidários políticos ou como corporativistas ou como qualquer outro adjetivo que nos queiram imputar. E como lutaremos! A cidadania é um direito e um dever, na busca tenaz do respeito à sociedade organizada à luz das instituições brasileiras. Os governantes não podem impor, sem outorga prévia, decisões que trarão sacrifício para a sociedade e, também, para o seu empobrecimento enriquecendo a poucos ou, até, o capital estrangeiro. Os mandatários são outorgados pela sociedade para a gestão da coisa pública. Isto não lhes dá o poder de decidir contra a sociedade, qualquer que seja o seu nível na estratificação social. Afinal, nosso regime político é a democracia, logo, o poder emana do povo - a soberania é popular.

Oxalá os seguidores coloridos não estejam praticando também outros atos que acabaram por cassar aquele indigno representante! ●

Dario Mondego
 Presidente

Foto: Arquivo



O bolsco ou a vida

CEG cruza os braços para queda da qualidade do gás, acidentes fatais e cobra contas absurdas dos consumidores

Eleito com o discurso de rever as privatizações realizadas no governo Marcello Alencar, o governador está com uma “batata quente” nas mãos. Por não ter cumprido este compromisso de campanha, só resta a ele “assistir de camarote” o descaso com que a Companhia Estadual de Gás atende a população, depois de ter demitido mais de 90% de seus empregados. E, apesar da ASEP denunciar que a CEG está colocando em risco a vida de seus usuários para economizar na conversão do gás manufacturado para gás natural, a Empresa não recebeu, até agora, nenhuma multa. Revoltada, a sociedade exige providências e quer que a ALERJ reveja o programa de privatizações do Estado, para impedir a privatização do Saneamento. Outra promessa de campanha não cumprida por Anthony Garotinho, que certamente vai pagar nas urnas a sua falta de palavra.

Cerca de 540 mil habitantes da capital do Estado estão vivendo sob um verdadeiro barril de pólvora prestes a explodir, devido a 45 mil conversões de gás manufacturado para gás natural, que foram realizadas sem pessoal técnico experiente e qualificado e sem os devidos cuidados pela Companhia Estadual de Gás. A denúncia é da Agência Reguladora do Estado – ASEP – que suspendeu as conversões em novembro passado e ratificou a mesma, em maio último, alegando que a CEG, preocupada em reduzir seus custos, está ignorando procedimentos de segurança, que colo-

cam em risco a vida da população.

Segundo o presidente em exercício da Agência, o engenheiro químico João Carlos Loureiro, a CEG modificou a composição físico-química do gás distribuído à população. E ao introduzir na rede um novo gás, seco demais, enviado sob uma pressão duas vezes superior a do anterior, está provocando vazamentos nas juntas das tubulações e nos aparelhos (aquecedores e fogões). De acordo com a ASEP, a solução técnica para resolver o problema é mudar todas as instalações prediais do Rio de Janeiro ou umidificar o novo gás, de for-

ma a reduzir sua pressão.

A grande questão, no entanto, é quem paga os custos da troca dessas instalações. A CEG alega que esses custos são dos consumidores. Estes, por sua vez, dizem que a CEG é a responsável, pois, além de tudo, recebeu aumentos tarifários superiores à inflação em mais de 100%.

Risco mortal

Durante audiência pública, realizada na Alerj, no último dia 2 de junho, bastante preocupado, o presidente da ASEP afirmou que acidentes como o ocorrido

no último dia 31 de maio, quando um casal foi encontrado morto no banheiro de um apartamento, na Tijuca, podem se repetir, em vários pontos da cidade:

“Eu e outros técnicos da ASEP visitamos pessoalmente aquele apartamento e constatamos diversas irregularidades, entre as quais a falta de chaminé e de um vão na porta do banheiro. A nossa conclusão é que a morte do casal foi provocada por instalações prediais inadequadas para qualquer tipo de gás. Agora, o terrível foi que a CEG fez a conversão para o gás natural em todo o prédio, sem ter exigido a troca dessas

Entenda porque ocorrem acidentes na conversão do gás manufacturado para gás natural

● Antes de ser privatizada, no governo Marcello Alencar, a CEG tinha 1.860 funcionários. Na época de sua modelagem, este número foi reduzido para 1.100. Hoje, três anos após a sua privatização, a empresa, controlada por um consórcio internacional, cujo maior acionista é a empresa norte-americana Enro, mantém em seus quadros apenas 106 funcionários, segundo denuncia do presidente da ASEP, João Carlos Loureiro;

● Privatizada para converter o sistema de gás manufacturado para gás natural na cidade do Rio de Janeiro, a CEG

contratou a sua subsidiária Tecder do Brasil para realizar o serviço. O interessante é que a Tecder funciona dentro das instalações da CEG e não tem sequer um funcionário em seus quadros. Logo, contrata sub-empresas, algumas delas sem qualificação técnica comprovada, para fazer o trabalho de conversão do gás;

● As instalações prediais no Rio de Janeiro foram dimensionadas para suportar um gás natural com médio poder calorífico e composição química centesimal. Na década de 80, a CEG estatal introduziu esse gás em vários bairros da cidade, como Ilha

do Governador, parte da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, entre outros, sem maiores problemas ou acidentes graves;

● A CEG privada modificou a composição físico-química do gás natural, até então utilizado. O resultado foi o surgimento de um novo gás, seco demais, que, logo que é utilizado, mesmo em testes de estanqueidade, resseca as juntas de vedação e as tubulações, provocando vazamentos imediatos.

● Além disso, este novo gás vem sob uma pressão duas vezes maior do que anterior. Ou seja, os usuários re-

cebiam um gás cuja pressão variava de 80 ml, a no máximo 120 ml de coluna d'água. Hoje, a pressão do novo gás é de 250 ml de coluna d'água.

● Não bastassem as alterações na composição físico-química do gás, a ASEP denunciou ainda que a concessionária, para gastar menos na conversão “optou por deixar correrem-se os níveis de segurança e qualidade que deveriam ser, obrigatoriamente, observados no processo de conversão” (trecho extraído de Relatório da ASEP).

Foto: Agência Globo



"Em portunhol", presidente da CEG, José Antônio Guillén, afirma que a conta é dos consumidores

instalações. Logo, a Empresa é responsável por este acidente, que pode se repetir. O mais grave é que existem 10 apartamentos naquele prédio, e ao visitar as outras nove unidades constatamos que apenas duas estão com as instalações corretas".

Gravidade do problema

João Carlos Loureiro afirmou, ainda, que devido a gravidade do problema, a ASEAC está pedindo a contratação de uma auditoria externa nas residências já convertidas: "A nossa preocupação é a segurança da população. Além disso, não podemos ignorar a série de acidentes que vêm ocorrendo nas áreas convertidas, além das dezenas de reclamações por parte da população. Entre outros exemplos, temos o do condomínio Village São Conrado, com nove blocos, onde todos os proprietários estão processando a CEG, devido a vazamentos em suas instalações, após a conversão para gás natural".

O engenheiro químico foi categórico ao contestar a forma como está sendo feita a conversão: "A CEG, entre outros absurdos, delimitou o prazo de conversão em cinco dias, o que é longo demais e coloca em risco a vida dos usuários. Além disso, a empresa está fazendo a conversão dos aparelhos em duas etapas"

Loureiro explicou que a conversão deve ser feita em um prazo máximo de 24 horas, com o acompanhamento de pessoal técnico qualificado: "Estou preocupado com a questão. Se foram feitas 45 mil conversões, se a empreiteira é a mesma (Tecder do Brasil) e se esta sub-contrata outras empreiteiras para fazer o trabalho, nós temos um proble-

ma sério, que não pode ser ignorado, pois essas conversões precisam ser auditadas".

João Carlos Loureiro disse ainda que a CEG poderia estar fazendo uma fraude contábil, quando paga a Tecder do Brasil (subsidiária do mesmo grupo, que mantém o controle acionário da empresa) R\$ 234,00 por conversão. E, esta, por sua vez, paga as empreiteiras (que sub-contrata para fazer, de fato, o trabalho) apenas R\$ 32,00: "A nossa preocupação é no sentido de que a CEG, mais tarde, venha a apresentar um desequilíbrio econômico-financeiro e queira repassá-lo à tarifa".

Preto no branco

Para o presidente da CEG, José Antônio Guillén, o problema fundamental das conversões se refere a qualidade das instalações prediais internas. Em "portunhol", José Guillén explicou que a concessionária não pode ser responsabilizada pelo estado dessas instalações.

Por sua vez, o jurista Carlos Roberto Siqueira e Castro, contratado pela CEG para defendê-la, afirmou que o contrato de concessão fixa prazos para a conversão e que a empresa está apenas cumprindo o seu dever ao tentar acelerar a implantação do gás natural em toda a cidade. Carlos Roberto Siqueira contestou também a hipótese de a CEG vir a ser responsabilizada pelos ônus da troca das tubulações corroídas pelo gás natural: "A empresa não pode ser onerada por custos que ela não assumiu quando assinou o contrato. O ônus da conversão é dos consumidores", sentenciou o advogado. ●

Risco de vida, mortes, falta de atendimento

O preço da privatização

Foto: Arquivo



Solução da CEG na Fonte da Saudade: buracos no chão para exalar o gás

A diretoria da CEG viveu momentos de verdadeiro inferno astral, na Alerj, durante a audiência pública, convocada pelos deputados Carlos Minc, da Comissão de Meio Ambiente, e Paulo Pinheiro, da Comissão de Saúde, no último dia 2 de junho, quando por mais de quatro horas, foi criticada por representantes da população de diversos bairros da cidade, principalmente da Zona Sul. Bastante irritados, presidentes de diversas associações contestaram a responsabilidade da população pelos custos da troca das tubulações prediais internas que arrebentam, após receber o gás da CEG.

Durante a audiência, por várias vezes, a temperatura do ambiente subiu, em razão dos protestos dos consumidores. Uma dessas vezes foi quando a presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, afirmou que a CEG não vai aguentar a pressão que será feita sobre o governador Garotinho para que haja uma solução para o problema:

"Diante de tudo o que estou assistindo, eu me pergunto: aonde está garantida à população a sua cidadania? Agora, fiquem os senhores sabendo que nós vamos para a rua protestar! Milhares de pessoas, que se recusaram a pagar pelas trocas de suas instalações prediais, estão com o seu gás cortado. Agora, a população quer comer! E nós vamos para a rua bater as nossas panelas..."

Um pouco antes, o presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller, Abílio Tozzini, exigiu que a ALERJ rediscuta o modelo de privatização imposto ao Rio de Janeiro:

"Nós estamos assustados com os resultados da privatização. E a CEDAE é a próxima da lista. Não podemos deixar que a CEDAE seja privatizada e a ALERJ não pode se furtar a rediscutir este modelo de privatização".

Por sua vez, a presidente da Associação de Moradores da Fonte da Saudade, Ana Simas, denunciou que desde 1998, há um forte cheiro de gás que vai e vem nas diversas ruas do bairro:

"Após reclamarmos por diversas vezes, meses seguidos, inclusive por escrito, a CEG nos mandou um técnico de uma sub empreiteira. Ele reconheceu que havia vazamento de gás

e, para resolver o problema, perfurou com uma britadeira vários trechos de minha rua, de forma a não deixar o gás comprimido e evitar uma explosão", explicou indignada Ana Simas, ao pedir a cassação da concessão da CEG.

Segundo a consumidora, está escrito no contrato de concessão que este pode ser cancelado se houver queda da qualidade do serviço: "E isto, com certeza, ocorreu."

Definindo-se como um cidadão, totalmente lesado, o engenheiro da Petrobrás José Claudio Ibrahim criticou o posicionamento da CEG que quer imputar aos consumidores os custos da conversão. Ibrahim denunciou que, além desse custo extra, a CEG privada aumentou a sua tarifa de forma absurda: "Fiz um levantamento do custo das tarifas de gás, no período de janeiro de 95 até maio de 2000, e constatei, assustado, que a CEG aumentou a sua tarifa em 129,9%. A grande verdade é que a privatização das nossas empresas públicas traz implícito um aumento absurdo das tarifas. De 95 até maio de 2000, qualquer índice inflacionário variou no máximo em 60%".

Já a consumidora Gilda Joppert, que mora no Leblon e está processando a CEG por se recusar a pagar os custos da conversão, chamou atenção para o fato de que acima de qualquer código ou lei, existe o código do consenso, baseado na honestidade e na justiça. Gilda considerou que existem questões que precisam ser respondidas: 1) A segura do gás natural, utilizado pela CEG, danifica mesmo as conexões das tubulações? 2) O que ocorrerá aos prédios convertidos e que já estão recebendo esse gás?

Em toda a audiência, a colocação unânime foi de que, se a população será responsabilizada pelo pagamento desses custos, ela deveria ter sido consultada antecipadamente.

Para o presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller, Abílio Tozzini, a questão é grave demais para ser aceita: "O que podemos fazer? A quem recorrer? Ou você paga com a vida, pois o simples teste para aceitar o gás natural (seco demais) arrebenta com a tubulação de sua casa, provocando vazamentos; ou você paga com o bolso — uma média de R\$ 10 a R\$ 12 mil para trocar a tubulação de seu banheiro e cozinha...", desabafou Abílio.

A próxima vítima

Onerada com aumentos nas tarifas de luz, telefone e gás, população da Barra agora poderá ter que pagar a conta da privatização da CEDAE

“O metro cúbico da água vendido pela CEDAE custa hoje centavos de real, mas a experiência nos tem mostrado que assim que as empresas de serviço público são privatizadas há um aumento absurdo das tarifas. Este é um dos motivos que faz com que fiquemos assustados com a privatização da CEDAE. Ora, considerando-se o custo da água na França, se a CEDAE for privatizada, nós, aqui no Rio, vamos ter de tomar banho que nem francês. Pois, a população não vai ter dinheiro para bancar o custo de seu banho diário”.

O desabafo foi feito pelo presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio, FAMRIO, Aldair Alves de Souza, que congrega mais de 200 associações em toda a capital, durante audiência pública, realizada, em maio último, na Barra da Tijuca, sobre a construção do Emissário Submarino. Segundo Aldair, a população não quer a privatização da CEDAE, principalmente, depois do fiasco das privatizações da CEG e de várias outras empresas de serviços públicos: “O complicado foi que votei em Anthony Garotinho porque em seu discurso de campanha, ele disse ser contra a privatização da CEDAE e que reveria as privatizações do Marcello. Mas, ele está fazendo tudo ao contrário do que prometeu. Como pode?”

Cartilha do Saneamento

A mesma pergunta se faz Edilson Neves Gomes, diretor da FAMRIO, quando afirma: “Além do aumento das tarifas, temos medo que a população carente não tenha o seu atendimento garantido. Não gosto nem de admitir que precisamos



Foto: Arquivo



Aldair de Souza e Edilson Gomes, da FAMRIO: “População deve abrir o olho, pois desgraça não é privilégio do vizinho”

acompanhar o edital de privatização da CEDAE, pois parece que estamos aceitando a hipótese de que a CEDAE será privatizada mesmo. E este não pode ser o nosso comportamento. Pelo contrário, precisamos lutar contra essa hipótese.

Aliás, gostaríamos de pedir ajuda dos técnicos da CEDAE para que façamos uma cartilha, explicando a população mais carente os riscos da privatização da CEDAE. Temos certeza de que se trabalharmos direitinho explicando o que vai acontecer, Garotinho não privatiza a CEDAE mesmo, pois a população vai para a rua reclamar. E aí, eu quero ver”.

Para Aldair Alves de Souza, é fácil entender porque as primeiras privatizações foram reatizadas sem grandes reações da população: “A maioria dos brasileiros acredita que a desgraça é privilégio do vizinho. Só depois que acontece reclama. Mas, agora já aconteceu, todas as privatizações estão sendo um fiasco - é só olhar o que a CEG

está fazendo conosco. Todo mundo está muito assustado até porque a grande mídia em momento algum coloca a verdade do que está ocorrendo”.

Por sua vez, a diretora da Associação de Moradores da Barra da Tijuca – AMA Barra, Luísa Helena Nunes Ermet, explicou que, politicamente, a associação tem uma postura contrária à privatização: “Agora, não podemos abrir mão do tratamento do esgoto. Somos favoráveis também que toda a população tenha acesso aos serviços de Saneamento, pois trabalhamos com o conceito de meio-ambiente. Mas, hoje, com certeza, nos preocupa o edital de privatização da Barra. Queremos ter certeza de que a população pobre não vai ficar de fora, pois ouvimos informações de que as favelas não seriam atendidas pela empresa privada. Nós somos contra. Todos devem ser atendidos”.

Estratégia da privatização:

- Na tentativa de privatizar os serviços de Saneamento na Barra/Recreio e Jacarepaguá, Garotinho assinou um convênio com o prefeito Luís Paulo Conde, onde ambos abrem mão de aguardar uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre quem é o poder concedente dos serviços de Saneamento no município do Rio.
- Entre outras coisas, o governador e o prefeito acertaram que a CEDAE vai subsidiar a empresa privada que ganhar a concorrência para a construção do sistema de esgotamento daquela Região. Isto conside-

rando-se que o preço do metro cúbico da água, que a CEDAE deverá vender à concessionária privada será de apenas R\$ 0,35. Hoje, o custo de produção da Empresa é bem maior do que este e o custo médio de produção das empresas de Saneamento de todo o país é de R\$0,58.

- A decisão do deputado Carlos Minc, do PT, e do vereador Otávio Leite, do PSDB, de entrar na justiça contestando o pagamento da tarifa do esgoto na Região, devido ao fato de que a CEDAE não construiu até agora o sistema de esgotamento sani-

tário, poderá afastar empresas estrangeiras interessadas no edital de licitação. A colocação é do próprio governador do Estado, que foi à mídia pedir que a justiça, não suspenda este pagamento.

- Marcada para ser divulgado, a partir de meados de junho, o edital de privatização da região da Barra da Tijuca deverá prever uma concessão de 25 anos.

- Notícias veiculadas pela mídia afirmam que a empresa vencedora deverá investir R\$ 190 milhões na rede em dois anos, o que inclui a construção do Emis-

sário submarino e de 410 quilômetros de tubulação de água e esgoto.

- Para a ASEAC, a CEDAE hoje tem condições de construir o sistema de esgotamento da Barra da Tijuca. Segundo levantamento dos técnicos, a Empresa recebe de tarifas naquela Região cerca de R\$ 10 milhões/mês. Ora, se o governo do Estado parar de interferir na gestão da empresa e determinar que este faturamento terá de ser utilizado para este fim, o sistema poderá ser construído pela própria CEDAE. Mas, esta hipótese, Anthony Garotinho não aceita discutir. Por que, será?

Marcello faz escola

Garotinho mostra que é bom aluno e dá sequência ao projeto do governo anterior, colocando em prática a fragmentação da CEDAE

Foto: Arquivo



O redesenho proposto confirma a intenção de transformar a CEDAE em mera produtora de água

A reestruturação da CEDAE, anunciada pelo governador Anthony Garotinho, em entrevista ao jornal Valor, do último dia 5 de maio, foi iniciada com a fusão da diretoria Comercial com a Financeira e a Administrativa. E também com a criação da diretoria de Produtividade e Custos. O jornal da ASEAC tentou, por várias vezes, falar com o Presidente da CEDAE, Alberto Mendes Gomes, sobre este assunto e também sobre o lançamento de um Plano de Demissão Voluntária - PDV - na CEDAE, além da questão da privatização da Barra/Recreio/Jacarepaguá. Infelizmente, apesar dos diversos contatos com a sua Assessoria de Imprensa, ele sequer se dignou a responder ao pedido de entrevista.

Fonte ligada ao governo do Estado informou ao Jornal da ASEAC, no entanto, que as modificações na estrutura da CEDAE ainda não foram concluídas: "O novo organograma da CEDAE vai manter o cargo de presidente e as diretorias Comercial, Financeira e Administrativa, além da diretoria de Produtividade e Custos (já existentes). Duas novas diretorias deverão ser criadas: a de Produção e Expansão, e a diretoria de Distribuição e Manutenção. As outras deverão ser extintas", explicou.

Segundo a ASEAC, este redesenho da CEDAE demonstra as intenções do governador Garotinho de preparar a Empresa para que esta se torne uma empresa produtora de água. Para o presidente da Associação, Dario Mondego, através desta reestruturação em andamento, ficam claras as intenções do governo do Estado de fatiar o Saneamento no Rio de Janeiro, privatizando a distribuição do abastecimento: "O triste é que a CEDAE produtora de água já nasce falida, vendendo o metro cúbico da água a R\$ 0,14 para a empresa privada Águas de Niterói", quando o custo médio deste mesmo metro cúbico em todo o país é de R\$ 0,58 (dados da AESBE)".

Outra questão que tem preocupado a diretoria da ASEAC é o Plano de Demissão Voluntária - PDV - que o governador Anthony Garotinho anunciou para a CEDAE, como uma das etapas de sua reestruturação. Para informar aos seus associados os riscos, que existem em um PDV, o Jornal da ASEAC entrevistou o engenheiro ferroviário Aramis Porto Lussac Filho, de 51 anos de idade, que

trabalha há 26 na Rede Ferroviária Federal, hoje Flumitrens.

Aliás, ele define o Plano de Demissão Voluntária - PDV - como um Plano de Desempregados nas Vias Públicas: "Cheguei a me inscrever no PDV da Flumitrens, mas desisti a tempo, quando descobri que vários colegas meus, que também aderiram ao Plano, após receberem os 40% da multa do Fundo de Garantia, previstos em lei, e mais dois salários, não conseguiram se aposentar como ferroviários, devido às dificuldades criadas pelo INSS. Hoje, esse pessoal está sendo obrigado a pagar a complementação da Empresa pela nossa previdência - a REFER-, além, é claro, de sua contribuição pessoal".

Segundo depoimento do engenheiro, aqueles que aderiram ao PDV estão vivendo uma situação financeira difícil, principalmente, aqueles que não conseguiram arrumar um novo emprego - o que não é fácil, pois a maioria tem mais de 50 anos: "Ora,

hoje todos os funcionários públicos vivem com problemas, pois estamos sem qualquer correção há mais de seis anos. Costumo dizer que antes do governo FFHH, o meu salário era o meu líquido mensal. Hoje, é o meu gasoso diário. Agora, imaginem a situação daquele engenheiro, que tinha um certo nível de vida, se inscreveu no PDV, recebeu o dinheiro, gastou e, depois, na hora em que foi se aposentar, o INSS disse que ele não tem direito a aposentadoria especial, questionando o adicional de ruído (espécie de insalubridade)".

Direitos adquiridos se perdem

Para o engenheiro ferroviário, ex-Superintendente Adjunto de Operação, ex-Superintendente de Produção, a decisão do INSS de criar empecilhos à aposentadoria dos engenheiros ferroviários que optaram pelo PDV, coloca em risco a oportunidade deles se aposentarem como ferroviários: "Agora, desempregados e sem estar aposentados, eles são

obrigados a ter mensalmente o valor da contribuição da REFER, cerca de R\$ 328,00; mais o valor referente a contribuição da Empresa, que é o dobro. Ora, aqueles que não conseguem pagar a REFER vão acabar tendo de optar por sair da Previdência. E, além da REFER, os colegas perdem também a perspectiva de receber a aposentadoria integral, que todos temos direito por lei".

Segundo Aramis, a contribuição máxima da REFER é de R\$ 2.400,00 para os engenheiros aposentados, quando o máximo do INSS, com os descontos, é de cerca de R\$ 1.000,00: "Ora, você perde a sua referência da vida. Pois, aos 50 anos ou mais, descobre que está desempregado e quando se empregar vai se aposentar com, no máximo, R\$ 1.000,00 mensais".

O desmonte dos transportes suburbanos no Rio

Em meados da década de 80, a Rede Ferroviária, transformada em Companhia Brasileira de Trens - CBTU - tinha cerca de 12 mil empregados e transportava por dia cerca de um milhão e 200 mil passageiros. Hoje, a Super Via - empresa que comprou os trens suburbanos no governo Marcello Alencar - tem seis mil empregados e transporta menos de 300 mil passageiros. Segundo Aramis, a decadência dos transportes ferroviários foi programada. Primeiro, reduziram os investimentos a zero, depois deixaram o serviço se degradar para, a seguir, privatizar:

"Em lugar nenhum do mundo, transporte de massa dá lucro e os trens suburbanos também não dão. Nós temos informações de ferroviários, que trabalham na direção da Super Via (formada por um consórcio internacional, cujo controle acionário é de um grupo espanhol) que a Empresa está em dificuldades e deverá ser colocada a venda. Agora, a grande questão é? A Super Via interessa a que empresário privado, se a Empresa não dá lucro?"

Para Aramis Porto, a privatização da Flumitrens desestruturou ainda mais o transporte coletivo no Rio, trazendo sérios problemas aos usuários dos trens suburbanos: "Além disso, trouxe despesas ao Estado, que hoje mantém em sua folha de pagamentos cerca de 2.200 ferroviários, sob permanente ameaça de demissão e acabou com a perspectiva de milhares de famílias, que investiram a sua vida na Empresa".

Controle social

O ideário neoliberal vale-se das Teses Utilitaristas, onde os interesses individuais resultariam na maior felicidade para um maior número de pessoas, através de um equilíbrio racional entre aqueles interesses. Nesse sentido, a oferta de produtos e serviços por vários agentes faria com que as Leis de Mercado atuassem no sentido de se dar a maior satisfação aos consumidores ao menor preço. Teorias...

Certamente, o atendimento público deixava a desejar. A resposta da sociedade foi a de pouca motivação para se posicionar contra as privatizações. Para o público em geral, passou-se como que essa inércia e ineficiência fossem intrínsecos a uma administração pública. Por outro lado, o movimento sindical não conseguiu apresentar propostas suas de melhor satisfazer as demandas da população. Tentemos destrinchar um pouco essa questão, observando algumas afirmações usuais na defesa da privatização:

“A administração pública enseja a corrupção”. De fato, casos não faltaram. A concentração de decisões em número reduzido de pessoas, o poder econômico ofertando benesses e dando a retaguarda na imprensa e no judiciário, e o loteamento político dos órgãos, gerando uma cumplicidade que, via de regra, impediu os processos no Legislativo, fizeram com que a tônica da administração pública fosse a corrupção com a impunidade. A privatização, retirando a participação pública do poder de decisão, faria com que, na busca da defesa de seus próprios patrimônios, os capitalistas se fiscalizassem. No entanto, o peso das grandes corporações e a manutenção de monopólios ou oligopólios em certos setores fazem com que o ganho excessivo na oferta de produtos e serviços sobrecarreguem os consumidores, contrapondo-se ao ganho pela possível falta de corrupção. Na configuração do Estado, caberia às agências reguladoras o controle desses desvios. No entanto, não tem-se verificado a capacidade das mesmas nesse controle e, ainda, descambando para o loteamento político e cabide de empregos. Outra questão...

Uma das formas de contraposição à

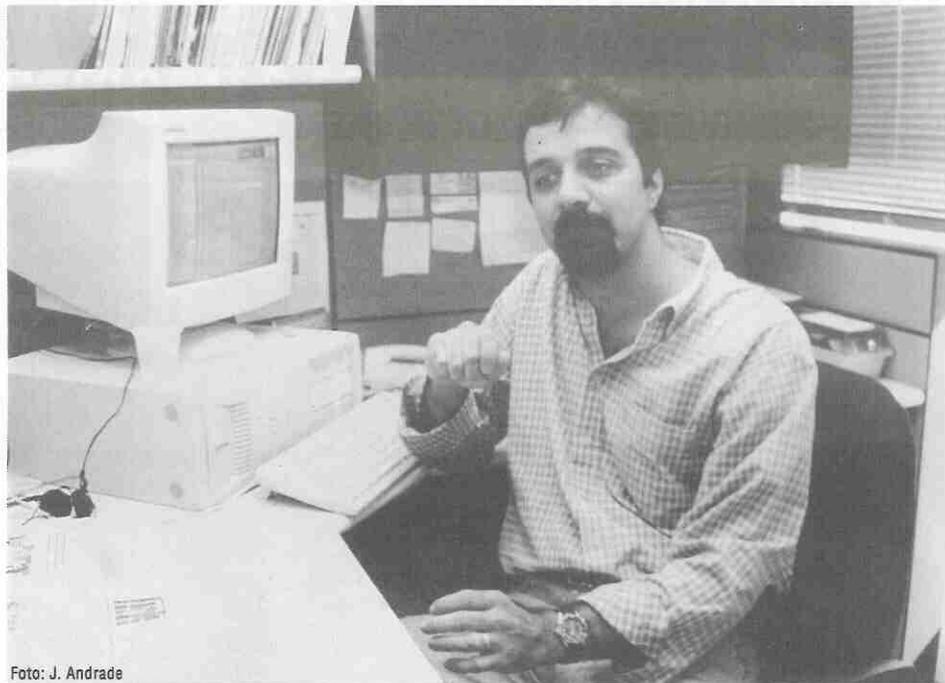


Foto: J. Andrade

“Não se pode restringir as necessidades humanas ao mercado, sob pena da lógica excludente deste restringir a cidadania apenas ao cidadão consumidor.”

Augusto Mendes e Silva de Almeida

força dos monopólios e oligopólios estaria na abertura ao mercado externo. No entanto, a guerra fiscal e a manutenção de alíquotas de importação privilegiam certos setores (a indústria automobilística é emblemática) e parecem sugerir que o conluio entre a administração pública e setores privados se encaminha para esferas superiores de poder.

“A Administração privada é mais eficiente”. Primeiramente, a questão da eficiência deve ser uma meta também da classe trabalhadora. O emprego é uma forma de, através da renda, os trabalhadores satisfazerem suas necessidades. No entanto, o objetivo existencial de vivermos as coi-

sas que nos dão prazer nos remeteria para a busca da eficiência, e mesmo, menor consumismo, de forma que a classe trabalhadora despenda menos tempo com o trabalho obrigatório, para usufruir do tempo livre a ser bel-prazer. O problema é de como essa maior eficiência é apropriada. Como está, os capitalistas despedem, auferem maiores lucros, enquanto o contingente de trabalhadores desempregados aumenta e desvaloriza-se, por consequência, a mão-de-obra. A contraposição deve ser a diminuição da jornada de trabalho e a determinação de que os processos que levem a uma maior eficiência (automatização, informatização, reengenharia etc.) sejam paulati-

nos, de forma a caminharem juntos à queda natural de empregados em determinados setores, pelas aposentadorias e demissões voluntárias, e/ou que os cursos de readequação dos trabalhadores para outras atividades ou compensação financeira sejam providos pelos setores envolvidos, de forma que prevaleça a ótica da eficiência para a sociedade em geral.

“O atendimento é ruim porque não há motivação na administração pública”. De novo, o atendimento pela rede privada, apesar da motivação de atender melhor para angariar mais clientes, é prejudicada pelas atividades monopolistas e oligopolistas. No serviço público, a administração superior não implementou os mecanismos necessários para que tal ocorresse. Como a retribuição financeira ainda é um grande motivador, medidas que atrelem maior salário à melhor dedicação do funcionário são sugeridas. Mas é um mecanismo que torna-se complexo dentro das instituições e sujeitos a imperfeições e arbitrariedades. De seu lado, as organizações de trabalhadores não foram capazes de apresentar (seja por deficiências internas, seja por boicote da mídia) propostas para a população. O eixo de controle da produção estatal deveria se deslocar da esfera pública para o controle social, por mais legitimidade que a primeira tenha, pois são estes os “consumidores” finais da produção pública.

Por fim, uma última, mas talvez principal ponderação: não se pode restringir as necessidades humanas ao mercado, sob pena da lógica excludente deste restringir a cidadania apenas ao cidadão consumidor.

Augusto Mendes e Silva de Almeida, geólogo e Analista de Mercado de Capitais da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é diretor de Meio Ambiente e Urbanismo da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAMRIO) e presidente do Sindicato de Servidores Federais Autárquicos no Ente de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários. É coordenador do Projeto Rio Cidadão.